

Reservas de petróleo do país têm maior nível desde 2015

Reservas de petróleo têm maior nível desde 2015

Em meio a pressão por margem equatorial, Brasil descobriu em 2023 quase 2 novos barris para cada barril produzido

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Enquanto a área energética do governo e petrolíferas lutam para liberar a exploração de petróleo na margem equatorial, o Brasil atingiu em 2023 o maior volume de reservas provadas de petróleo desde 2015, fruto de novas descobertas no pré-sal.

Para ambientalistas, o potencial das bacias petrolíferas já conhecidas garante a produção nacional até que a demanda por petróleo no mundo comece a cair. Petrolíferas, por outro lado, alegam que o país passará a depender de importações caso não abra novas fronteiras.

Dados divulgados no começo de abril pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) mostram que as reservas provadas de petróleo no Brasil, aquelas cuja viabilidade é comprovada, chegaram a 15,9 bilhões de barris em 2023.

É menor apenas que os 16,2 bilhões de barris de 2014 e representa um crescimento de 7% em relação ao volume verificado em 2022.

Esse volume, diz a ANP, garante o nível atual de produção nacional pelos próximos 13 anos. Somando as reservas prováveis, com um grau menor de confiança, o volume chega a 22,8 bilhões de barris, ou 18 anos da produção atual.

O volume de reservas provadas adicionadas em 2023 equivale a quase duas vezes a produção brasileira durante o ano. Ou seja, para cada barril de petróleo retirado do subsolo, o país encontrou outro 1,8. Em 2022, o índice de reposição foi ainda maior, de 2,4 barris para cada barril produzido.

Nos dois anos, as maiores contribuições vieram justamente dos campos com maior produção no país: Tupi e Búzios, no pré-sal da bacia de Santos. Em 2023, um novo campo do pré-sal operado pela norueguesa Equinor, chamado Raia Manta, também deu sua contribuição.

O diretor do Instituto Arayara, Juliano Araújo, alega que o Brasil realizou diversos leilões de áreas exploratórias nos últimos anos, com potencial de descobertas que eliminariam a necessidade de abertura de novas fronteiras na margem equatorial ou na Amazônia profunda.

"Vivemos um momento de tudo ou nada para a indústria fóssil, que quer correr para encontrar reservas e aumentar o valor de suas ações", avalia o diretor da ONG. "Por mais que não consiga explorá-las no futuro, há um ganho econômico agora."

Segundo dados da ANP, há hoje na bacia de Santos 29 contratos de blocos exploratórios ainda sem descobertas comerciais. Em Campos, são 18; na porção marítima da bacia do Espírito Santo, 10. O litoral de Sergipe, que já foi chamado de "novo pré-sal", tem outros 8 blocos exploratórios sob contrato.

O geólogo Pedro Zalán explica que parte das reservas adicionadas nos últimos anos é fruto de reavaliações da Petrobras em campos já conhecidos. De novas descobertas, além de Raia Manta, há duas outras comunicadas pela estatal, mas ainda sem comprovação do volume de reservas.

Ele diz acreditar que ainda haja petróleo a ser encontrado em bacias já conhecidas. "Não há dúvida que a Petrobras já mapeou e descobriu o file-mignon, mas ainda tem a cartela para descobrir", afirma. Mas compartilha da ideia de que a abertura de novas fronteiras é necessária.

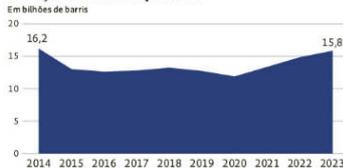
"O Brasil, a partir de 2032, se não repuser reservas, vai virar importador", argumenta. "Nossa produção tem um nível altíssimo, a gente produz



A plataforma de extração de petróleo P-57 da Petrobras, no Espírito Santo. Bruno Santos - 17.mar.2024/Folhapress

Onde está o petróleo brasileiro

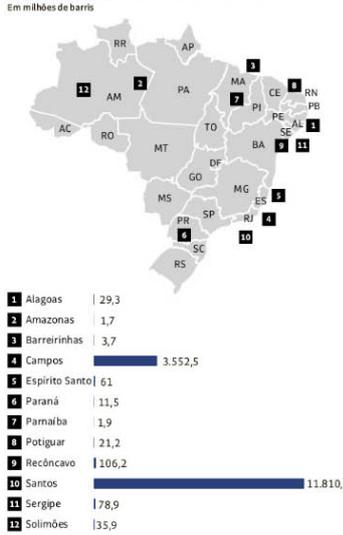
Evolução das reservas provadas



Distribuição das reservas provadas por ambiente geológico



Distribuição das reservas provadas por bacia



Fonte: ANP

quatro milhões de barris de óleo equivalente [somado ao gás] por dia. É muita coisa."

A pressão pela margem equatorial deve se intensificar após anúncio de descoberta de uma acumulação de petróleo no Rio Grande do Norte, feito há duas semanas pela Petrobras. O poço atingiu um tipo de reservatório semelhante ao que gerou as des-

cobertas gigantes da Guiana e do Suriname.

Araújo de fende que as projeções do setor de petróleo desconsideram as mudanças no consumo esperadas para os próximos anos, com o aumento do uso de biocombustíveis e da eletrificação da frota de veículos.

A própria AIE (Agência Internacional de Energia), des-

taca, já prevê que o pico da demanda de petróleo ocorrerá no final da década. "Com o que a gente já tem hoje leilão, não precisa em hipótese alguma tocar a margem equatorial ou a Amazônia profunda. Se acontecer, é fruto de decisão política", afirma.

O Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) ainda não decidiu sobre o recurso da Petrobras à negativa para exploração do bloco 59 da bacia da Foz do Amazonas, no litoral do Amapá.

O instituto também já negou licença para perfuração de poço na bacia de Barreirinhas, no litoral do Maranhão. A região da margem equatorial tem 37 licenças para exploração de petróleo, 16 delas suspensas por questões ambientais.

Mas, em outra frente, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou em entrevista à Folha, no começo deste mês, que, apesar do compromisso de saída gradual do petróleo assinado na COP28 (conferência climática da ONU de 2023), o Brasil continuará produzindo petróleo até ter nível de país desenvolvido.

"Na minha opinião, [o país vai explorar petróleo e gás] até quando o Brasil conseguir alcançar IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] à altura do que atingiram os países industrializados, que hoje podem contribuir muito pouco com a questão ambiental porque se industrializaram muito antes de nós", disse.



Vivemos um momento de tudo ou nada para a indústria fóssil, que quer correr para encontrar reservas e aumentar o valor de suas ações

Juliano Araújo
diretor do Instituto Arayara

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Ambiente **Caderno:** b **Página:** 1